

# PMDB dá 4 anos a Sarney com parlamentarismo

Pressionado e sem apoio do PFL, Presidente aceita mudar regime e tenta de novo um pacto

O PMDB reúne hoje sua comissão executiva nacional já praticamente definida sobre o mandato de 4 anos para o presidente Sarney e pela instituição do regime parlamentar de governo, conforme proposta que o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou à Assembleia Nacional Constituinte, orientado pela cúpula partidária.

Após encontro ontem com o presidente Sarney, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, admitiu ter dificuldades para formar uma base de apoio no Congresso em defesa do mandato de 5 anos. Sarney

já aceitaria a mudança no regime, ressalvando apenas a submissão dos ministros militares ao poder político do Congresso Nacional, e busca junto à Universidade de São Paulo respaldo teórico para uma nova sociedade.

Só o secretário de Imprensa, Frota Neto, e o deputado Delfim Netto ainda insistem na tese dos seis anos de mandato, com apoio de alguns governadores. Ulysses, embora aceite os quatro defendidos pela maioria da bancada, é contestado por um grupo de quase cem moderados, que não o autorizam a falar em seu nome.

JULIO ALCANTARA



Sarney, tenso, despacha com o ministro do Interior, enquanto José Fogaça chega ao Congresso para propor mandato de 4 anos

GIVALDO BARBOSA



## PMDB apóia parecer de Fogaça

O mandato do presidente José Sarney será de apenas quatro anos se essa decisão depender única e exclusivamente da cúpula e da maioria da bancada do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte. O parecer neste sentido apresentado ontem pelo relator da subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (ver a página 5), objeto de reunião na residência de deputado Ulysses Guimarães, ontem, de manhã, reflete esta tendência majoritária do partido.

Essa, na verdade, é a posição do deputado Ulysses Guimarães, dos líderes Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique, e também do relator-geral da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral.

Cada vez que eu vou às minhas bases, em São Paulo, volto mais convencido de que o mandato de Sarney deve ser de quatro anos. A crise está aí para reforçar os quatro anos, observava, na tarde de ontem, o senador Fernando Henrique Cardoso.

Partindo do pressuposto de que é majoritária a tendência pela fixação do mandato de quatro anos para Sarney, estendendo-se o prazo aos futuros pre-

sidentes, é significativo recordar que tanto o senador José Fogaça quanto o deputado Bernardo Cabral são políticos que gravitam em torno da liderança de Mário Covas.

Segundo o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, essa é uma tendência do partido e não apenas dos seus mais importantes líderes. O agravamento da crise econômico-financeira, com a escalada da inflação e dos juros, só contribuiu para consolidar essa tendência na maioria do partido.

O senador José Fogaça, ao comentar sua decisão de propor um mandato de quatro anos para o presidente da República, levou em consideração que, na fórmula parlamentarista proposta em seu parecer, o Presidente tem muitos poderes. "Se ele ficasse como chefe de Estado, uma espécie de rainha da Inglaterra, poderia ficar com os seis anos", disse.

Para o deputado Miro Teixeira, contudo, a tendência pelos quatro anos é tão marcante que Ulysses Guimarães não terá como evitar a convocação de uma convenção extraordinária para definir o mandato do presidente da República.

nas para fixar posição sobre a duração do mandato presidencial como para dizer qual o tipo de regime — se presidencialismo ou se parlamentarismo.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, admitiu pela primeira vez ontem que o mandato de Sarney deve mesmo ser de quatro anos. Luiz Henrique sustentou que o partido não estará rompendo acordos fixados pela sua cúpula, uma vez que este prazo é norma permanente que vale para os presidentes da República, de um modo geral, e não apenas para o presidente Sarney.

Luiz Henrique defendeu urgência na definição do mandato que, em seu entender, deve ser objeto de deliberação de uma convenção extraordinária ou da bancada do partido na Assembleia Constituinte. E lembrou que, na reunião da executiva nacional marcada para as 9 horas de hoje, será decidido o pedido das bancadas do PMDB na Câmara e no Senado e mais as iniciativas dos senadores José Fogaça e Afonso Camargo em favor da convocação de uma convenção extraordinária para definir o mandato do presidente da República.

## Sarney busca a fórmula do pacto

O presidente José Sarney considera essencial uma "democracia compactada" para completar o processo de transição política. Como os políticos, os empresários, o Governo e os trabalhadores não chegaram a um acordo sobre as bases do pacto social, Sarney solicitou à Universidade de São Paulo (USP) a realização de um simposio, reunindo especialistas brasileiros e estrangeiros, para fazer uma análise profunda da situação brasileira e apresentar sugestões para a realização do entendimento nacional.

O simposio, que vem sendo articulado pelo jornalista Artúlio Bittencourt, secretário especial de Comunicação Social do Governo Federal, vai ser realizado de 15 a 18 de junho, de acordo com proposta apresentada ontem pelo professor José Goldemberg, reitor da USP, ao presidente Sarney. Após os debates, haverá uma reunião na Granja do Torto, onde os participantes farão um briefing ao Presidente.

Segundo Goldemberg, Sarney sugeriu o nome do ex-primeiro-ministro espanhol, Adolfo Soares, que assinou o Pacto de Moncloa, para ser convidado para o

simposio. Outros especialistas estrangeiros também serão convidados, por sugestão da USP, como Juan Carlos Torre, assessor do Ministério da Economia da Argentina; Dante Caputo, ministro das Relações Exteriores da Argentina; e um convidado mexicano. Eles discutirão a dívida externa.

De acordo com o professor, a ideia básica é discutir os problemas brasileiros sem ideologia partidária, já que os partidos políticos do País não apresentam em seus programas ideológicos fórmulas que viabilizem a formalização do acordo com a sociedade.

Sarney, segundo relatou Goldemberg, acha que o elemento essencial para completar o seu Governo "é a democracia compactada", que é o entendimento entre os partidos, os empresários, os trabalhadores e o Governo. E precisou o entendimento, porque os pequenos partidos podem agir de forma radical, vetando projetos importantes para a vida do País, e não têm características para negociar o pacto, pois "não apresentam programas nitidos".

## Delfim e Frota: 6 anos

Pelo menos em um ponto e secretário de Imprensa da Presidência da República, Frota Neto, e o deputado constituinte Delfim Netto (PDS-SP) concordam: é uma falácia vincular a duração do mandato do presidente José Sarney com o atual desempenho da economia. Ambos defendem um mandato de seis anos para Sarney, independente dos rumos da política econômica do País.

"O ministro da Fazenda — disse Frota Neto — precisa ter o apoio do partido que o indicou (PMDB) e que ele representa, dentro do Governo, porque ele não poderá conduzir uma política econômica se não houver o pressuposto de que ele represente aquelas políticas do partido dele".

"Está mais ou menos definido que o mandato a ser acertado para o presidente

Sarney é aquele que for estabelecido para o mandato dos futuros presidentes, e é importante que a gente enfatize o fato de que a Constituição trata dos mandatos futuros e não de mandato do presidente Sarney, que já está definido".

Em São Paulo, o deputado constituinte Delfim Netto também defendeu, ontem, o mandato de seis anos para o presidente Sarney, "um mandato que foi fixado pela Constituição e dificilmente poderá ser mexido".

— O que eu acho absurdo é condicionar o mandato à eficácia da política econômica. Isso torna a coisa inteiramente absurda. Mas o importante não é saber se o presidente Sarney ficará quatro, cinco ou seis anos. E saber se o Sarney vai governar ou não este País — enfatizou Delfim.

## Cafeteira critica o Sul

O governador Epitácio Cafeteira disse ontem não acreditar que a crise financeira com a inflação descontrolada possa contribuir para a redução do mandato do presidente José Sarney, que ele defende a sua intocabilidade. "Se o Presidente resistir às pressões que são arquitetadas no Sul, ele terá o apoio do Norte, Nordeste e também de setores influentes de regiões localizadas fora dessas áreas", afirmou Cafeteira, ao concordar, ainda, com o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, de que a Nação está divorciada do Estado e, por essa razão, há necessidade de um reencontro através da união nacional.

Observou o governador que quando lideranças do Sul levantam a bandeira da redução do mandato do presidente José Sarney, através da convocação das diretas já, mostram apenas a discriminação daquela região para com o Norte e o Nordeste, derrubando a "máscara". "Quando o Presidente tentou colocar um ministro da Fazenda do Nordeste — frisou — o PMDB não deixou e indicou de São Paulo. Se a inflação está descontrolada a culpa não é do Presidente da República".

— Se se mudou o ministro da Fazenda porque a economia não estava andando certo e se continua sem dar certo, então vamos trocar de novo o ministro e não o Presidente — acrescentou.

## MIRANDA

Em Campo Grande, o governador de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, declarou ontem, durante visita a várias secretarias e órgãos indiretos de sua administração, que marcar eleições diretas para presidente da República em 88 não é oportuna, "como necessidade da crise". O primeiro passo, na sua opinião, seria o presidente Sarney restabelecer o comando da economia e promover o acordo da política a ser adotada, "pois sentimos que a cada dia está mais difícil encontrar o melhor caminho".

Miranda defendeu o "pulso firme" do Presidente da República na definição da política econômica, acrescentando que "não é conveniente, no momento, a concessão, como não é o momento de especular mais de ser patriota". A favor do presidencialismo, o governador de Mato Grosso do Sul aceita a tese de um parlamentarismo misto — a tendência que vigora hoje entre os constituintes.

## 85 contra Ulysses e líderes

Um manifesto à Nação condenando as articulações de cúpula feitas no PMDB como se tivessem em aval de todo o partido (um terço dos 258 deputados) e repudiando a tese de eleições diretas em 1988, enquanto empresta apoio ao presidente José Sarney "para que ele tenha tempo e tranquilidade de trabalhar em seu Governo" está sendo articulado por um grupo de peemedebistas que se intitulam Centro Democrático e conta até com a simpatia do líder da maioria, Carlos Sant'Anna. A frente está uma boa parte dos coordenadores de bancada. Mas, ao contrário do que foi anunciado, eles não divulgaram mais o manifesto hoje, aguardando antes a conclusão da reunião da Comissão Executiva Nacional do PMDB.

Esse mesmo grupo que tem sido mobilizado pelo líder Carlos Sant'Anna nos momentos em que a parcela progressista ou mais liberal do PMDB tenta impor suas propostas. Foi assim, na semana passada, quando esvaziaram a reunião da bancada, na qual seria votada proposta para a eleição no ano que vem. Eles asseguram que são mais de 120 deputados; alguns simpatizantes do próprio grupo falam em 85; os que divergem do movimento asseguram que não passam de 40. São os antigos moderados que lutam para se reaglutinar e reclamar do que chamam de marginalização pela cúpula.

O deputado Marcos Lima, coordenador da bancada de Minas e um dos cabeças do grupo, expli-

cou que antes de divulgar o manifesto, que teria o apoio de 17 coordenadores de bancada, eles pretendem reavaliar a oportunidade, algo dito também pelo deputado Carlos Sant'Anna, que ressaltou a posição do líder Luiz Henrique, no sentido de evitar a abertura de novas feridas dentro do partido e não atacar o presidente Ulysses Guimarães, algo que, segundo o deputado mineiro, não ocorrerá mesmo.

Luiz Henrique disse ontem que está trabalhando para sobrestar o manifesto, certo de que a hora inspira gestões pela unidade do partido e sua harmonia. Além disso, acredita que algo como o que está sendo articulado pelo Centro-Democrático acabará contribuindo para gerar agressões entre correntes do PMDB.

E parece ter razão. Henrique disse ontem que a tendência da bancada é por quatro anos de mandato, tanto para o presidente Sarney como para seus sucessores. Marcos Lima nega a ele o direito de fazer uma afirmação dessa pelos seus líderes e assegura que a maioria peemedebista não aceita a eleição presidencial logo, optando pelo cinco ou seis anos de mandato. Assim diz também o líder Carlos Sant'Anna.

O grupo, que teve a inspiração do deputado Expedito Machado, conseguiu assinaturas para o manifesto de diversos deputados. Diz Marcos Lima que 25 dos 35 mineiros são signatários do texto, e mais Osvaldo Sobrinho, Antônio Câmara, Arnaldo

Moraes, Dijenal Gonçalves, Francisco Sales, Geraldo Fleming, entre outros, além dos coordenadores Roberto Rollemberg, Borges da Silveira, Mendes Ribeiro. Mas os nomes todos eles se negam a revelar.

O manifesto faz referência aos episódios que marginalizaram deputados novos e antigos, com a cúpula reunindo e assumindo compromissos por todos, trata do veto ao nome de Tasso Jereissati para o ministério da Fazenda e reclama do "complexo de lideranças" que distribuiu os cargos da Constituinte. Condena ainda as reuniões do "poire", numa referência ao licor de pedra servido nos encontros promovidos na casa do presidente Ulysses Guimarães, mas preserva sua figura, como também não ataca o líder Mário Covas. A este, rejeita a forma de atuação.

## LYRA: NO MEIO

O deputado Fernando Lyra tem posição contrária às decisões da cúpula do PMDB mas se nega a ingressar no centro-democrático, desconfiado de que esse grupo tem interesses maiores do que o exposto no texto do manifesto a ser divulgado. Isso se reforça pelo apoio que ele tem do líder Carlos Sant'Anna.

Lyra vem reclamando do deputado Ulysses Guimarães porque ele não satisfaz mais ninguém no PMDB, mas embora seja uma luta que desenvolve há alguns anos, está certo de que deve aguardar uma convenção para mudar esse esquema.

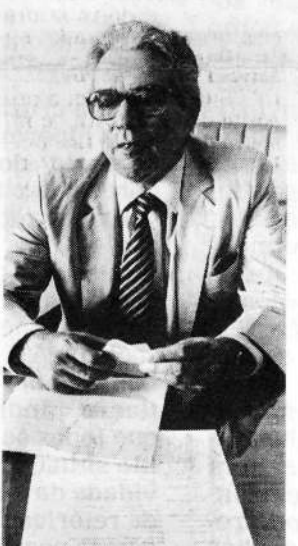
## PFL também abandona o barco

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, foi ontem ao presidente José Sarney, em audiência extra-agenda, para "relatar as dificuldades que estamos encontrando para costurar um apoio mais ostensivo ao Governo", como ele próprio revelou. Retente, o líder não quis entrar em detalhes sobre a conversa alegando que "há coisas que a gente não pode contar". Disse, contudo, que as dificuldades que vem enfrentando estão relacionadas com a política e a economia.

Embora reconheça que "se faz necessário e urgente ampliar a base de apoio parlamentar ao presidente Sarney", José Lourenço confessou que vem encontrando resistências na sua

bancada que exige "uma posição mais explícita do Governo em relação à importância e ao papel do PFL na Aliança Democrática". Um deputado pedetista acrescentou que seu partido não aceita mais a posição do PMDB — seu parceiro na Aliança Democrática — que quer sempre privatizar as vantagens e socializar os prejuízos.

Quanto às dificuldades para um acordo, há ainda, segundo José Lourenço, aquelas de ordem econômica. O partido quer uma definição da política econômica do Governo, o mais rapidamente possível. Exige que essa política — sob a responsabilidade do PMDB — seja factível e apresente resultados imediatos.



Jose Lourenço

## Presidente aceita novo regime

O presidente José Sarney revelou a parlamentares de sua confiança, neste fim de semana, que não se oporá ao "presidencialismo mitigado", proposto pelo ministro Aureliano Chaves (Minas e Energia) e pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP). O mandato, neste sistema, será de cinco anos.

O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) reunirá hoje, à tarde, o Grupo Parlamentarista. Antes, procurará o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para comunicar-lhe que os parlamentaristas não aceitam o presidencialismo mitigado. "Seria um arremedo", observa.

## REAÇÕES

Para os amigos, o Presidente confessou que é aconselhável uma maior divisão de poderes entre o Executivo e o Legislativo. O Brasil, por suas condições peculiares, não pode ser dirigido por apenas um ho-

mem, precisando haver maior divisão de responsabilidades.

Frisando que sua maior preocupação é com a implantação do regime democrático e de realmente promover a transição, o Presidente se dispôs a aceitar esse sistema ainda em seu mandato. Ele seria aprovado pela nova Constituição e implantado no próximo ano por Sarney.

Entre os parlamentares mais ligados ao presidente da República o "presidencialismo mitigado" foi considerado uma grande solução. Não apenas para a atual conjuntura, como para o País. "Não é possível — comentava um deputado do PFL que o visitou há dias — um presidente ter hoje 90 por cento de popularidade e amanhã 10 negativos. Tem que haver um intermédio".

## INSATISFAÇÃO

Os parlamentaristas e vários deputados e senadores do PMDB e do PFL protestaram, ontem, contra o

acerto do ministro Aureliano, Ulysses e do presidente Sarney em torno do "presidencialismo mitigado". Entre os irritados estava o deputado José Costa (PMDB-AL): "É preciso saber em nome de que o PMDB o Dr. Ulysses Guimarães está falando. Conheço muitos parlamentares nossos que não aceitam soluções desse nível. Eu, por exemplo, votarei no parlamentarismo".

Para Nelson Carneiro seria altamente lamentável que o País perdesse essa oportunidade de mudar o regime. A questão não é diminuir os poderes do presidente da República para ultrapassar uma crise momentânea, que pode ser superada, mas encontrar uma solução para as permanentes dificuldades institucionais do País. Autor da emenda que instituiu o parlamentarismo em 1961, Nelson Carneiro acentua que não é possível mais aceitar qualquer proposta que não passe de "arremedo, de jeitinho".

## "Queda" de militares é vetada

O Presidente da República admite negociar em torno da proposta de implantação do regime parlamentarista, apresentada, ontem, pelo relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), desde que os ministros militares sejam colocados a salvo de qualquer voto de censura (e queda) do Parlamento, segundo um político intimamente ligado ao presidente José Sarney.

O senador José Fogaça, informado da controvérsia em torno desse ponto, disse que agiu inspirado nas experiências das nações mais civilizadas do mundo, que praticam o regime parlamentarista. "Ministros de Estado são todos os minis-

tros, civis e militares, e não apenas os civis. Não vejo razão para se excluir os militares nas quedas de Gabinete", disse o senador gaúcho.

Os que defendem a política do Governo no Congresso estão convencidos de que será possível negociar a implantação de uma fórmula de regime parlamentarista excluindo os ministros militares do voto de desconfiança do Parlamento, para evitar que a instabilidade política possa alcançar essa área delicada.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, presente a uma reunião realizada ontem na casa de Ulysses Guimarães para discutir a proposta de Fogaça, considerou-a inte-

ressante em seus aspectos gerais, chegando a fazer pelo menos uma observação que foi levada em conta pelo próprio relator.

A proposta de Fogaça prevê que o presidente da República indicará o primeiro-ministro, que organizará o gabinete. Depois deste concluído, é enviado ao Parlamento para aprovação ou rejeição. Se o Parlamento rejeitar os três primeiros gabinetes propostos, terá de eleger todo um ministério.

Nesta hipótese de formação do terceiro gabinete pelo Parlamento, o Presidente da República tem poder de veto, assim como poderá dissolver o Parlamento, marcando-se novas eleições.

## Bancada vota pelos 4 anos

A bancada do PMDB no Senado prefere um mandato de quatro anos para o presidente Sarney e seus sucessores. Foi uma tendência apurada em votação apertada — 18 a favor desta tese e 14 pelos cinco anos —, o que levou o líder Fernando Henrique Cardoso, que escondeu o resultado, a assinalar apenas que "existe uma certa superioridade" dos que preferem um mandato de quatro anos.

A bancada reuniu-se durante quase três horas, ontem, tomando o cuidado de evitar que os jornalistas ficassem próximos à porta ou paredes que dividem as salas de comissões, onde estavam os senadores. Isso não impediu de ouvir alguns deles quase gritar que queriam quatro anos, já, não se falou em seis anos.

Também houve uma tendência unânime em conferir apoio ao parecer do senador José Fogaça na Subcomissão do Poder Executivo (ver matéria na página 5) e fazer com que a proposta sirva a negociações políticas. O senador Fernando Henrique Cardoso, que é presidencialista, mas advoga um tempo a esse sistema, disse que para seu gosto a proposta de Fogaça "está um pouco salgada".

Sobre a cautela que cercou o encontro, o líder explicou que pretendia assegurar aos senadores garantia de liberdade para expor o ponto de vista. Açou a reunião muito boa e depois comentou com os jornalistas que eles teriam a mesma opinião se tivessem acesso a ela. "Aliás", disse, "acho que vocês podiam ter assistido".

Como faltaram 14 senadores, o líder pretende agora completar a pesquisa de tendência sobre o mandato. Mas revelou que nada fará com ela, sequer levará formalmente à direção do PMDB, porque esses dados serão usados no momento oportuno.



Evandro admite falência do poder civil

## Irmão sugere a renúncia

RAIMUNDO BORGES Correspondente

São Luís — "Foi uma carta de irmão para irmão, na qual eu propus, como cidadão brasileiro que José renunciasse, para provar que o poder civil está falido e que a história se repete", disse ontem à noite, o irmão mais velho do presidente José Sarney, Evandro Sarney, 59 anos, ex-deputado estadual e conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Maranhão. Ele lamentou que suas declarações à revista Veja tenham sido deturpadas e suprimido o ponto principal do seu pensamento.

"Eles querem forçar as eleições diretas, quando essa proposta já é norma constitucional em vigor. Estão querendo e uma casaca branca do Presidente. Todo mundo é soberano e também relativo. Tanto é relativo que a Constituinte não pode colocar, por exemplo, um sistema de Governo comunista-marxista-leninista, porque se colocarem no novo texto a sociedade brasileira e as Forças Armadas não aceitarão", acrescentou.

Por isso foi que sugeriu que José renunciasse — continuou frisando que se tal fato acontecesse, assu-

miria a Presidência o deputado Ulysses Guimarães que, entretanto, teria 30 dias para convocar eleições, que certamente elegeria Leonel Brizola que é carismático, bom de palanque, mas péssimo para o Brasil. Ele iria repetir o que tentou fazer no Governo de João Goulart, implantando uma república sindicalista que resultaria num novo golpe das Forças Armadas.

Ai é que afirmou que "a história se repete, pois iria provar que, lamentavelmente, o poder civil está falido. Ulysses Guimarães já prestou muito serviço à democracia, durante os 20 anos que lutou durante o regime militar, mas hoje não ganharia uma eleição direta com o Brizola.

Na última vez em que o presidente José Sarney esteve visitando São Luís, Evandro não conversou com o irmão, porque não se encontrava na cidade. "Por isso lhe mandei a carta", mas sempre que pode garante que fala com José sobre qualquer assunto. Ontem de manhã, Evandro Sarney, como faz diariamente, esteve na praça João Lisboa, na banca de jornais procurando as revistas Veja e Isto É e mais tarde para comprar os jornais do sul.